

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIOGRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

***“Catolicismo Popular e Festas Religiosas”*: A Religiosidade no período colonial.**

**Aluno:
LUIZ ANTONIO DE FREITAS**

Natal, 07 de Janeiro de 2005

***“Catolicismo Popular e Festas Religiosas”*: A Religiosidade no período colonial.**



Jesuíta catequizado os índios (século XVI)

Natal, janeiro de 2005

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos que de certa forma contribuíram para a realização do mesmo.

Aos meus pais, José Raimundo e Sebastiana Santana (In Memoriam) – Por me amarem e acreditarem que um sonho pode se realizar.

À Cristiane - Sua paciência, amor e dedicação são as provas da presença de Deus em nossas vidas. Te amo!

À Maria Emília – Pela orientação e credibilidade. Obrigado por tudo!

À Miraci Jr. – Sua mãos foram um enorme presente. Obrigado pelas horas acordadas para entender minha caligrafia e digitar. Você é o cara!

À minha mãe Delenice Maria – Suas observações e correções foram fundamentais para a finalização deste trabalho. Um enorme beijo.

Ao Pr. Pedro Neto – Pelas várias horas de diálogo e cumplicidade. Sou muito grato a Deus por sua amizade.

À Austrelegesebina – Pelo apoio logístico. Valeu mesmo!

Sumário

Introdução _____ 5

**Capítulo 1: A Igreja Católica e sua ação na colônia: poder, fé e
dominação** _____ 9

**Capítulo 2: Festas, Folgedos e outras comemorações: o catolicismo
popular** _____ 23

Conclusão _____ 36

Bibliografia _____ 40

Introdução

Colonizar o Brasil! Embora essa não tenha sido inicialmente a intenção portuguesa para as novas terras descobertas na América, acabou se tornando inevitável. Conter os ataques de corsários, encontrar pedras e metais preciosos, explorar riquezas naturais, garantindo assim lucros para a Metrópole, são algumas das razões que levaram Portugal a realizar a efetiva colonização brasileira em 1530, por intermédio de Martim Afonso de Souza. Os métodos utilizados para a colonização envolvem o tema da religiosidade que se desenvolveria no Brasil no período colonial, uma vez que o pressuposto jurídico que garantia o direito de conquista de Portugal sobre as terras do Novo Mundo era a missão evangelizadora. Por isso, a questão religiosa é parte importante das relações entre Igreja, Estado e a sociedade colonial.

Falar de Igreja no Brasil Colônia é muitas vezes tratar de questões polêmicas, bem como contraditórias. Estabelecida em solo brasileiro desde a chegada da esquadra de Cabral, quando em 26 de abril de 1500, o Frei Henrique de Coimbra celebrou a primeira missa em nossas terras, a Igreja veio deste este momento mostrando-se cada vez mais participativa nos principais acontecimentos do Brasil. Nesta ocasião é estabelecido o primeiro contato entre a instituição e o nativo que aqui existia.

O colonizador português preocupa-se em mostrar sua superioridade, e assim, ser vistos como uma espécie de salvação para os nativos indígenas, apesar de, hoje, nossa crítica contemporânea identificá-lo também como o principal responsável pela introdução

da pólvora e das epidemias no Brasil, que viriam a dizimar, auxiliados pelo choque biológico, boa parte da população indígena no território brasileiro.

A necessidade do contato entre os europeus e os índios foi algo que desde o início ficou bastante visível, levando-os a desenvolverem os mais variados métodos para que isso ocorresse. Esses métodos iam desde a simples troca de bugigangas, passando por formas mais duras de dominação com o emprego da força, até a inquestionável eficácia atribuída à dominação psicológica sofrida pelos índios, onde a principal arma empregada para isso vinha da ação da Igreja.

Embora este processo tivesse sido tratado por muito tempo na historiografia de forma fantasiosa, lírica e poética, ele continua oferecendo muitas questões que devem ser observadas. Será que o contato com os nativos foi tão amistoso quanto o apresentado por Caminha e retratado na *Santa Missa por Victor Meirelles*? O historiador Eduardo Bueno escreve que no momento e após a celebração “*houve grande confraternização entre nativos e estrangeiros durante todo o domingo*”. Uma questão sem dúvida pode ser observada: levando-se em consideração tanto os relatos de Caminha quanto a obra de Meirelles, elas nos apresentam a imagem da superioridade do branco europeu sobre o nativo brasileiro, que a partir de então passa a observar tudo como um animal arredo nos cantos dos arbustos e árvores. Com a ajuda daquela instituição religiosa, o colonizador português pôde inicialmente impor ao indígena seu autoritarismo e superioridade, utilizando-os para os mais variados fins, garantindo com isso os seus interesses particulares.

No entanto, a visão puramente passiva do nativo e posteriormente do mestiço, ao lado da imagem de eficiência absoluta na dominação por parte dos portugueses, tem sido relativizada pelos estudos sobre o catolicismo popular. Ao introduzir o catolicismo em

território brasileiro, Igreja e Estado procuraram alcançar objetivos em comum, e com isso efetuar uma estreita ligação, empregando a vivência popular na propagação da fé católica entre as parcelas inferiores da população colonial. No entanto, no cotidiano da colonização, uma idéia fechada de catolicismo veio se fundindo a novas formas de recepção dos ideais cristãos representadas por índios, africanos, colonos europeus e mestiços, todos distanciados do controle das instituições católicas metropolitanas. O conjunto destas contribuições forma o que hoje chamamos de catolicismo popular.

Cercado de simbolismos e significados, o catolicismo popular no Brasil pode ser visto com características, influências e práticas que logram expressar algumas das manifestações mais marcantes da vida cotidiana como forma predominante utilizada pelos religiosos do período colonial.

É, portanto, na observação da problemática que envolve religiosidade colonial, seus conflitos e atuações, principalmente no que se refere à relação existente entre ela e a sociedade do Brasil Colonial, que nosso estudo se concentra. Nosso objetivo neste trabalho é apresentar o estado da questão sobre os estudos em catolicismo popular no período colonial, fazendo uso de fontes bibliográficas. Autores como Henrique Cristiano, José Matos, Riolando Azzi, Ronaldo Vainfas, Juliana Beatriz de Souza, Américo Jacobina Lacombe, Eduardo Hoonart, Mary Del Priore, Renato Pinto Venancio, Luís da Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, José Ramos Tinhorão e Maristela Oliveira de Andrade, que representam algumas gerações de historiadores ou estudiosos e suas respectivas posições intelectuais e historiográficas, são consultados para alcançar nosso objetivo.

Dividimos nosso trabalho em duas partes. Na primeira trataremos da Igreja Católica e sua ação no âmbito colonial, centrando-nos nos esforços institucionais e nas condições de

difusão do catolicismo na colônia. Na segunda, trataremos das manifestações do catolicismo popular sob a forma de festas, folguedos e outras manifestações.

A influência africana marcada por um forte sincretismo religioso, o culto e a devoção aos santos, sobretudo os mais popularizados, como Santo Antônio e São Gonçalo e o ciclo das festas anuais, destacando-se as juninas, natalinas e a Semana Santa, são alguns dos aspectos que permeiam a religiosidade colonial, e que serão explanados com maior intensidade ao longo do trabalho, permitindo uma melhor compreensão da forma como a religião do Brasil colonial influenciou nas questões sociais e cotidianas desse momento histórico.

Capítulo 1



A Igreja Católica e sua ação na colônia: poder, fé e dominação

Capítulo 1

A Igreja Católica e sua ação na colônia: poder, fé e dominação

*“Oh, musa do meu fado
Oh, minha mãe gentil
Te deixo consternado
No primeiro abril
Mas não sê tão ingrata
Não esquece quem te amou
E em tua densa mata
Se perdeu e se encontrou
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um império colonial”.*

Fado Tropical – Chico Buarque e Ruy Guerra

Abordar as questões que giram em torno da religião durante o período colonial brasileiro é determiná-las muitas vezes como polêmicas, visto que sua presença nesse momento de nossa história é cercada por um contexto bastante complexo, que não se resume apenas em entender sua estrutura e organização eclesiástica, mas também o conjunto apresentado nas áreas econômica, política e social, uma vez que a religião era encarada como peça importante da engrenagem que movia a organização colonial, bem como um fator decisivo para efetivar a dominação colonizadora e assim garantir o interesse desse colonizador sobre os habitantes do Brasil, salientando seu caráter autoritário e dominante. Como afirma Eduardo Hoornaert:

“O colonialista estava no altar e o pobre na porta, o dinheiro abria as portas da igreja e os pobres ficavam por fora, assim como quem quer que seja que falasse a favor deles. Os interesses financeiros e

*econômicos dos grupos estrangeiros sempre prevaleceram diante dos interesses do povo brasileiro. Até em termos religiosos”.*¹

A religiosidade difundida durante o período colonial teve importância significativa para o êxito da colonização. Fator sempre marcante em terras brasileiras, a religião católica se faz notória desde a chegada dos primeiros portugueses em nosso país, representada, de acordo com Ronaldo Vainfas e Juliana Beatriz de Souza, pela: *“Cruz fincada em 1500 sob a chancela de Pedro Álvares Cabral, com armas e divisa de Dom Manuel, e missa rezada por frei Henrique de Coimbra, franciscano”*.²

Desde cedo se considerou que os nativos do Brasil eram suscetíveis a receber a fé cristã, fator esse que impulsionaria Pero Vaz de Caminha a escrever ao rei de Portugal solicitando missionários para o trabalho evangelizador na Colônia. É bem verdade que por trás dessa atitude existiam vários interesses, não apenas de ordem religiosa, mas também políticos e econômicos, que eram observados por Caminha e que o motivaram a fazer tal pedido ao rei português.

A presença da religião no Brasil Colônia foi bastante intensa, e desde cedo acarretou mudanças significativas na vida dos habitantes do país. Mas não apenas isso, essa atuação conseguiu um fortalecimento do catolicismo antes abalado na Europa com a Reforma Protestante. Além disso, os portugueses viram nessa área um campo fértil para atingir seus objetivos políticos e econômicos.

¹ HOORNAERT, Eduardo. “A Igreja no Brasil, 1992, p. 316”.

² Extraído do livro. “Brasil de todos os santos” de VAINFAS, Ronaldo e SOUZA, Juliana Beatriz de. 2000, p.08.

Ao utilizar-se do catolicismo tradicional como principal forma de propagação de suas idéias, a Igreja Católica realiza com isso um feito antes impensável, a interação entre clero e população, quebrando paradigmas existentes, defensores do distanciamento entre esses dois setores da sociedade colonial.



Já não causa surpresa alguma comentar que a postura desenvolvida pela Igreja e seu relacionamento com o Estado alcançou um patamar importante no período colonial. Ao implantar-se no Brasil com o apoio português, a Igreja Católica vislumbra perfeitamente a região como um fértil território para expansão de sua fé. Com isso, conquista novos membros para o catolicismo, visto que, como já dissemos, encontrava-se abalada devido à perda de adeptos com a Reforma Protestante ocorrida na Europa. É bem verdade que a situação não deve ser encarada de forma tão simplificada, visto que esse não foi o único motivo para a chegada de várias ordens religiosas ao Brasil durante os séculos XVI a XVIII. Questões como a necessidade de conter os ânimos dos nativos indígenas e estabelecer um melhor relacionamento entre eles e os colonos devem ser observadas com a mesma importância quando se mencionam as ações religiosas na colônia portuguesa na América.

Um outro fator que merece destaque está relacionado ao aspecto da assistência social que a Igreja, uma vez estabelecida na colônia, passa a desempenhar. Sobre o assunto, comenta Américo Jacobina Lacombe:

“Coube afinal à Igreja, na formação da nacionalidade, o aspecto mais nobre da colonização. Quase tudo o que se fez em matéria de educação, de cultura, de catequese e de assistência social, correu por conta

de sua hierarquia, de seu clero, das ordens religiosas e das corporações de leigos (irmandades e ordens terceiras)”.³

A verdade é que, tendo ou não a catequese como motivo principal de sua instalação no Brasil, não se pode descartar a relevante contribuição que foi dada pela Igreja para a realização da colonização brasileira. A forma com que ela desenvolveu seu domínio, a ponto de impor a fé católica aos nativos e negros do Brasil, foi sem dúvida alguma uma tática astuta e inteligente, e acima de tudo extremamente eficaz. Embora para isso tivesse ela que abrir mão de alguns conceitos e práticas adotadas na Europa, moldando-se a uma realidade que era vivida aqui na colônia.

Nesse ponto as ordens religiosas souberam trabalhar de forma bastante positiva, o que explica a aceitação que tiveram entre os moradores da colônia, sobretudo os jesuítas, que desenvolveram excelente trabalho com os indígenas, servindo, portanto, como elo de ligação entre essa raça e o colonizador português.

O Estado, por sua vez, se apoiará nessa contribuição dada pela Igreja para impor também o seu domínio. Os dois serão os principais aliados que com a imposição do poder que lhes é atribuído irão subjugar, não apenas negros e índios, mas todos aqueles que não pertenciam ao “status” por eles representado. A sociedade colonial era extremamente mal distribuída. E embora representassem a maioria da parcela dessa sociedade, negros e índios eram oprimidos por uma minoria elitista detentora do poder e ditadora de regras. Fatores esses ainda mais fortalecidos com o patriarcalismo que também a caracterizava.

Totalmente diferente da sociedade mercantilista que os portugueses desenvolviam nas colônias, baseada em especiarias e escravos, a sociedade que se desenvolveu no Brasil

³ LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no Brasil Colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, A Época Colonial: administração, economia, sociedade. 1973. p. 75.

baseou-se no desenvolvimento agrícola, tornando-se bem sólida e estruturada. Ao referir-se à sociedade colonial brasileira, Gilberto Freire comenta:

“...Organizada a sociedade colonial sobre base mais sólida e em condições mais estáveis que na Índia ou em feitorias africanas (...) A base, na agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor. Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na teoria de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição.”⁴

Não se pode descartar o fato de que embora Igreja e Estado estivessem ligados a interesses comuns, aquela no período colonial era totalmente subordinada a este. Portanto, os religiosos que chegaram ao território brasileiro, sejam eles pertencentes ao clero regular ou secular, eram todos funcionários remunerados pelo Estado. Eles realizavam funções que buscavam garantir seus objetivos espirituais, mas garantiam também os interesses políticos e econômicos da Coroa. Tinham de trabalhar a evangelização entre os indígenas, mas também de manter a fé dos colonos. A ação religiosa na colônia brasileira era usada na metrópole com objetivos específicos, onde podemos destacar a manutenção da ordem pública, a serviço da monarquia.

Sobre a união dos interesses particulares com os metropolitanos, Riolando Azzi comenta:

⁴ FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala, Rio de Janeiro, 1992. pg. 04.

*“À medida que a Igreja estava unida ao Estado e dele dependente, os objetivos políticos e econômicos do projeto colonial passavam a ser transfigurados como instrumentos oportunos e necessários para a propagação da fé. Assumiam desse modo uma conotação religiosa que permitia a sua legitimação.”*⁵

Em seu livro *Razão e Fé: o discurso da dominação colonial*, Riolando Azzi remete-nos a uma questão bastante interessante sobre a postura da Igreja e do Estado ao usar a fé como instrumento de uma conquista espiritual. Ele comenta que ao ser feito um estudo sobre a cultura indígena, os primeiros cronistas observaram a falta das letras *f*, *r* e *l* em seu alfabeto, concluindo portanto que *“esses índios não conheciam os termos como fé, rei e lei”*.⁶ Isso aparentemente poderia passar despercebido se a questão fosse encarada apenas como uma diferença cultural.

Esse ponto remete-nos a um questionamento ainda maior. Qual o real motivo que levaria a Igreja e o Estado a unirem-se para dar ao nativo brasileiro uma “entidade religiosa, política e jurídica?” Para Azzi essa seria a principal explicação da colonização portuguesa em nosso território, e com um fator ainda mais positivo: com essa atitude, Estado e Igreja estariam garantindo a legitimidade de suas ações ao impor a religião, a monarquia e a legislação lusitana à sociedade indígena. Ele conclui, portanto, da seguinte forma: *“Em outras palavras, segundo a perspectiva dos colonizadores, os indígenas careciam de identidade como povo e, por conseguinte, eram beneficiados com a aquisição de identidade lusitana e católica”*.⁷

⁵ AZZI, Riolando. *A Cristandade Colonial: Um projeto autoritário*. 1987 (História do pensamento católico no Brasil V-1) pp. 27-28

⁶ AZZI, Riolando. *Razão e Fé: O discurso da dominação colonial*. 2001. p. 149.

⁷ AZZI, Op. Cit. Pg. 150.

Um outro ponto que merece ser discutido sobre a dominação realizada pela Igreja e o Estado na Colônia diz respeito à prática de uma postura salvacionista que ambos adotam, seja na ação da catequese desenvolvida pela Igreja, seja na ação colonizadora que o Estado praticou. Ao referir-se à campanha salvacionista que esses órgãos encabeçaram, a professora Maristela Oliveira de Andrade o chama de “salvacionismo milenarista”, e faz o seguinte comentário:

*“O salvacionismo milenarista seria a modalidade de pensamento que se enraizou na mentalidade ou imaginação coletiva brasileira, que representa um misto de assimilação dos valores religiosos salvacionistas do catolicismo oficial, com as demandas prementes das populações desfavorecidas por um milenarismo rebelde ao padrão imposto pela Igreja, que busca a realização de um reino celeste na terra”.*⁸

Maristela utiliza-se das interpretações de Ubiratan Rosário acerca da cultura brasileira para apontar o salvacionismo como “*uma consciência mítica ordenada da cultura do povo brasileiro*”.⁹ A prática salvacionista foi empregada com bastante propriedade e eficiência pelas ordens religiosas que contribuíram para a colonização brasileira, principalmente franciscanos e jesuítas, onde esses últimos têm no emprego das missões um dos principais exemplos da política salvacionista colonial.

Buscar entender as ações que Igreja e Estado realizaram com o intuito do desenvolvimento colonial brasileiro, é uma tarefa bastante delicada, uma vez que os recursos empregados para tais ações são de caráter muito duvidoso.

⁸ ANDRADE, Maristela Oliveira de. 500 anos de catolicismo e sincretismo no Brasil. 2002, pg. 49.

⁹ ANDRADE, Op. Cit. Pg. 49.

É bem verdade que mesmo atuando de forma diferenciada, ambos necessitavam impor um certo autoritarismo para assim poderem demonstrar a superioridade desejada sobre o restante, ainda que significasse a maioria da população brasileira. Se a forma utilizada por eles para realizar essa dominação foi ou não adequada, é um fato que merece uma discussão à parte. Porém, não há de se ter dúvida de que termos como autoritarismo e dominação por si já carregam em sua estrutura certa reprovação.

O certo é que, inescrupulosos ou não, tanto a Igreja quanto o Estado subjugarão todos os que não faziam parte de uma sociedade aristocrática dominadora e detentora do poder no Brasil Colonial; e que razão e fé, conforme Riolando Azzi, são os principais termos do discurso da dominação colonial.

Fator de indiscutível importância para o fortalecimento da religiosidade no Brasil Colonial, a atuação das ordens religiosas não deve ser encarada de forma simplória, visto que suas ações estabelecem-se ainda nos primeiros anos da colonização brasileira, auxiliando os colonos, tanto na educação de seus filhos, como na catequização indígena, que talvez seja a principal contribuição dada pelos religiosos ao colonizador português.

Sobre o tema escreve Riolando Azzi:

*“Durante a primeira metade do século XVI, diversos religiosos franciscanos aportaram em terras brasileiras e dedicaram algum tempo na evangelização dos índios. Todavia, houve apenas um trabalho esporádico, sem continuidade e sem muito planejamento. A evangelização e catequese sistemática do Brasil iniciou-se em 1549, com a vinda do primeiro grupo de jesuítas. Só nas últimas duas décadas outras ordens religiosas se estabeleceram e fundaram conventos no Brasil”.*¹⁰

¹⁰ AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo et al. História da Igreja no Brasil: primeira época. 1979. p. 211 a 212.

Para os historiadores Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio, a atuação jesuítica foi dominante durante as primeiras décadas da presença católica no Brasil Colonial. Essa situação só sofrerá mudança durante a União Ibérica, uma vez que esse período marca também a chegada de outras ordens ao território brasileiro, como franciscanos, carmelitas e beneditinos. É importante salientar que essas ordens já se faziam presentes com os franciscanos, que chegaram aqui antes dos jesuítas, juntamente como a esquadra de Cabral, uma vez que é o Frei Henrique de Coimbra, franciscano, o responsável pela celebração da primeira missa na colônia portuguesa da América.

Um dos pontos relevantes no que se refere às ordens religiosas no Brasil Colônia diz respeito às suas áreas de atuação. Enquanto os jesuítas procuravam atuar de forma mais direcionada à catequese indígena e seus filhos e à educação dos filhos dos colonos, atingindo portanto todo o território brasileiro, as outras ordens, como por exemplo os franciscanos, procuraram atuar mais ao lado do branco do que do indígena, fator esse que os levou logo a uma sedentarização nas regiões em que atuavam sob a forma de conventos e mosteiros. Sobre o assunto comenta Mary Del Priore:

*“Os franciscanos destacaram-se por seguir a ocupação do litoral nordestino, do Rio Grande do Norte a Alagoas. Unidos aos Senhores do açúcar, desenvolviam sua ação dentro das capelas dos engenhos, rezando missas, realizando batismos e casamentos comunitários [...] Nas expedições para a conquista da Paraíba, por exemplo, jamais apoiaram tabajaras e potiguares e entre 1588 e 1591 começaram a estabelecer-se em conventos, lado a lado com beneditinos e carmelitas”.*¹¹

¹¹ PRIORE, Mary Del e VENANCIO, Renato Pinto. O livro de Ouro da História do Brasil: Religiosidade na Colônia. pág. 43.

Assim, sob o ponto de vista institucional, a organização eclesiástica e sua atuação hierárquica, ao lado das ordens religiosas foram algumas das formas de difusão da religiosidade católica na colônia.

Ao chegar no Brasil em 1702, D. Sebastião Monteiro da Vide tomou posse do arcebispado da Bahia, e observando os costumes e práticas dos fiéis da região, logo percebeu que haveria a necessidade de se fazer algumas mudanças na estrutura da Igreja Colonial. Por isso concluiu que era inevitável a implantação de um *concílio provincial*, uma vez que o próprio D. Sebastião atestava que havia “*muitas coisas que necessitavam preciso e pronto remédio*”.¹²

Portanto, foi realizada em junho de 1707, uma assembléia que serviu para o ajustamento de algumas questões de ordem canônica que mereciam atenção devido ao seu caráter desestruturador na colônia portuguesa, principalmente no que diz respeito a algumas práticas sacramentais que eram, podemos assim dizer, a base da vida religiosa colonial, como o batismo, o casamento e os rituais fúnebres. Essa assembléia estabeleceu ainda uma posição por parte dos clérigos de um verdadeiro comprometimento com a vida sacerdotal que desempenhavam.

As Constituições do Arcebispado da Bahia foram de extrema importância nas mudanças religiosas ocorridas durante o início do século XVIII, pois a partir delas passou-se a ter uma espécie de regimento para as práticas religiosas, tanto no que se refere aos clérigos, quanto aos fiéis praticantes do catolicismo. Em sua estrutura havia capítulos dedicados aos vigários, capelães e padres, que dentre outras coisas estabeleciam a necessidade de se ter uma vida virtuosa, regada de exemplos santos e edificantes. Questões

¹² PRIORE, Mary Del. *Religiosidade no Brasil Colonial*, Ática, 2002. pág. 33.

como proibição para sair à noite, alimentar-se em tavernas e participar de festejos profanos como teatros, locais de dança e festas carnavalescas também faziam parte do regimento das Constituições. Sobre os sacramentos, bem como as práticas de fiéis, escreve Mary Del Priore:

*“Os cristãos deveriam receber os sacramentos e aplicar-se no aprendizado da doutrina. Isso valia também para os escravos negros e índios, incorporados à vida da Igreja através da administração do Batismo, da penitência, da extrema-unção e do matrimônio”.*¹³

Outro ponto que merece destaque, concernente às mudanças ocorridas no Brasil Colonial durante o século XVIII, foi a expulsão sofrida pelos jesuítas do território brasileiro. As relações entre Portugal e a Igreja Católica já estavam estabelecidas desde longa data, o que em muito facilitou a vinda ao Brasil dos primeiros missionários jesuítas, como escreve Del Priore:

*“Portugal foi um dos raros países a aceitar incondicionalmente as decisões do Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563, para reafirmar os princípios dogmáticos da Igreja Católica diante da Reforma Protestante em acelerada expansão na Europa”.*¹⁴

Em seu livro *500 anos de catolicismo e sincretismo no Brasil*, Maristela Oliveira de Andrade atesta o papel fundamental que os jesuítas e outras ordens tiveram no desenvolvimento da colonização brasileira:

“A missão de expansão da fé católica no novo território foi confiada inicialmente às ordens religiosas que vieram se instalar no Brasil após a implantação do sistema colonial. O primeiro grupo de

¹³ PRIORE, op. Cit. Pág. 34.

¹⁴ PRIORE, op. Cit. pág. 08.

missionários chegou ao Brasil em 1549 e era composto por seis jesuítas liderados por Manuel da Nóbrega”.

15

O certo é que tanto Del Priore, quanto Maristela Andrade reconhecem a importância que teve a união entre o Estado Português e a Igreja Católica para a efetiva colonização do Brasil, união essa que seria coroada com a formação do padroado, permitindo assim a Portugal exercer um governo religioso e moral no reino e em suas colônias. É o que se efetivará no Brasil em sua expressão maior com os jesuítas, os primeiros evangelizadores que aqui chegaram. A permanência jesuítica em território brasileiro chega a durar mais de dois séculos, levando-se em consideração sua chegada em 1549 e a expulsão em 1759.

A aliança entre colonos portugueses e religiosos da Companhia de Jesus possuía todos os ingredientes para dar certo. Porém, o que se observa é que as desavenças e rivalidades posteriores entre eles foram maiores, a ponto de neutralizar essa união. Se, por um lado a Companhia de Jesus utilizava-se de uma pedagogia missionária que procurava sujeitar o nativo a uma postura de servidão, levando-o a aceitar a fé cristã, por outro oferecia-lhe alternativas de sobrevivência nos aldeamentos: proteção, alimentação, ensinamentos, o que garantia aos jesuítas uma certa autonomia sobre o colonizador, já que não aceitavam sua interferência nas missões. Essa estratégia acabou gerando uma maior aproximação entre religiosos e indígenas, desencadeando a crise entre os dois setores da sociedade colonial.

Os colonos agora não mais podiam fazer uso dos indígenas como desejavam, e os jesuítas, que antes eram aliados em potencial, passaram a ser ameaça ao processo colonizador. Como cita Riolando Azzi:

¹⁵ ANDRADE, Maristela Oliveira de. 500 Anos de Catolicismo e sincretismos no Brasil. 2002. pág. 50.

*“Os jesuítas sempre se opuseram à forma de escravidão pura e simples adotada pelos colonos portugueses. Por esse motivo, tanto na Capitania de São Vicente como em Pernambuco multiplicaram-se os atritos entre jesuítas e colonos”.*¹⁶ Embora fosse o alvo principal, na verdade o problema não era exclusivo dos jesuítas. Para Riolando Azzi, a partir da segunda metade do século XVIII passou-se a viver uma crise na vida religiosa colonial, e as represálias usadas por Portugal buscariam atingir as ordens religiosas que atuavam no Brasil como um todo e não apenas os jesuítas. Deve-se salientar que assim como em Portugal, a Igreja possuía uma postura autônoma de Roma, através do padroado, porém Igreja e Estado eram submissas à autoridade real e não deveriam entrar em conflito entre si.

É nesse contexto, portanto, que Pombal irá impor seu autoritarismo, com o intuito de conter essa questão e o fortalecimento das ordens religiosas. Referindo-se a essa “crise progressiva” que a Igreja Colonial sofrerá, Azzi escreve:

*“Entre as principais causas está a oposição do marquês de Pombal aos religiosos em geral e aos jesuítas em particular. O ódio de Pombal aos jesuítas motivou-se em grande parte pela ascendência que eles haviam tido até o governo anterior sobre a política do reino.”*¹⁷

Assim, desde seu descobrimento, o Brasil passou a ter contato direto com a religião católica e suas várias formas de manifestação, dentre as quais destacam-se o catolicismo popular e tradicional e o catolicismo luso-brasileiro.

¹⁶ AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In> HOORNAERT et al. História da Igreja no Brasil, 1979. pág. 212.

¹⁷ AZZI, op. Cit. pág. 22.

Capítulo 2



A aquarela *Coroação de um Rei Negro nos festejos de Reis*, de Carlos Julião (1740-1811),

Festas, Folgedos e outras comemorações: o catolicismo popular

Capítulo 2

Festas, Folguedos e outras comemorações: o catolicismo popular

*“Santo Antônio casamenteiro
Eu também quero me casar
Já queimei vela, fita, incenso
E pedi muito a você
Pra me ajudar
Se o senhor não me atender
E eu não sair do barricão
Vou pegar meu santo Antônio
Botar dentro do pilão
E pisar, pisar
Pisar, pisar
Pois já sei que a minha sina
É ficar mesmo vitalina”.*

Autor desconhecido

¹⁸A estética da nova espiritualidade do século XVI foi a expressão dos elementos já tradicionais de representação e de instrumentos materiais relativamente novos de intervenção. As ficções teatrais eram dedicadas a tudo o que excitava a imaginação religiosa: biografias, coleções de vidas de santos, sermões, ou teatro atuando junto aos manuais de catequese, sínteses da doutrina, confessionários e vocabulários, relacionados ao projeto pedagógico do Concílio de Trento. ¹⁹

*Era a partir de uma cultura cristã essencialmente sincrética como a dos evangelizadores que essas formas eram difundidas entre os índios na América, que por sua vez as assimilavam no contexto de suas próprias experiências religiosas e culturais*¹⁸.

Por outro lado, foi natural a maior compreensão e assimilação nestas culturas a partir dos elementos litúrgicos e da veneração dos santos muito mais do que as profundas verdades cristãs. A

¹⁸ CERVANTES, F., “¿Cristianismo o sincretismo? Una reinterpretación de la ‘conquista espiritual’ en la América española”, en PRIEN, ed. (1998), pp. 21-34. BAROJA (1985), analisa as muitas formas sob as quais se expressava a cultura geral e especialmente a religiosa dos ibéricos entre os séculos XVI e XVIII, particularmente no contexto espanhol.

*visibilidade e a localidade construída pelas liturgias foi o que efetivamente aproximou as diferentes culturas*¹⁹.

É bem verdade que durante a fase colonial, devido a vários fatores de ordem cultural, política, econômica e principalmente à necessidade de se obter um relacionamento mais estreito com os habitantes existentes em solo brasileiro, além de catequizá-los, a forma de catolicismo praticada com maior intensidade possuía características populares e tradicionais. Segundo Riolando Azzi, esse tipo de catolicismo seria importante aos “*agentes de pastoral no Brasil, pois podem com ele obter um melhor desempenho religioso*”.²⁰

Outros pontos devem ser observados quanto à prática desse tipo de catolicismo no período colonial, pois dizem respeito à participação do povo na vida religiosa e à predominância marcante de alguns aspectos sociais. Sobre eles e sobre as formas como esse catolicismo popular se manifesta, deve-se ressaltar também a importância das festas e as atuações das irmandades e confrarias para propagação do ideário católico.

As características apresentadas pelo catolicismo popular são as mais variadas possíveis, onde a realização das mesmas torna-se uma prática cada vez mais constante no cotidiano da população colonial. É bem verdade que sua efetivação não ocorreu de forma tão simplificada, visto que o choque que ocorreu entre Igreja e nativos foi enorme, uma vez que ela não concordava com as práticas religiosas que tanto o indígena como o negro escravo praticavam. Os feiticeiros, nome dado aos pajés é um exemplo disso.

¹⁹ CERVANTES, F. (1994), *El diablo en el nuevo mundo. El impacto del diabolismo a través de la colonización de Hispanoamérica*, Barcelona, Herder, p.30.

²⁰ AZZI, Riolando. *Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil*. 1977, p. 126.

O comentário do pesquisador Henrique Cristiano José Matos parece bem apropriado para ser citado aqui:

“Um fator decisivo na divulgação da fé cristã em terras brasileiras foi o que chamamos hoje de religiosidade popular. Trata-se da vivência religiosa do homem comum, do povo simples geralmente pobre. A penetração do catolicismo nas camadas populares realizou-se mormente por esse caminho. De Portugal veio com os colonizadores um cristianismo de cunho tipicamente medieval que determina a vivência religiosa da maioria da população portuguesa. A partir deste substrato luso a religiosidade popular no Brasil se desenvolve e enriquece com elementos oriundos das tradições religiosas indígenas e, sobretudo, africanas”²¹

Riolando Azzi ao escrever sobre o tema diz que o catolicismo popular *“se estendeu desde o primórdios da colonização até a época imperial, tendo vinculações profundas com as raízes culturais do Brasil, e não se tratando apenas de uma simples manifestação social de folclore.” (...)*²²

O culto aos santos foi sem dúvida uma das principais características do catolicismo que se desenvolveu na colônia. A ligação que o povo passou a ter com esses santos alcança um enorme patamar, tornando-se um *“objeto de devoção popular”*, como afirma Ronaldo Vainfas. A relevância obtida nesse período será maior do que na Idade Média, uma vez que o culto aos santos estava abalado com as imposições e críticas feitas pela Reforma Protestante. Nesse momento, é bastante comum homenagearem-se os santos colocando seus nomes em vilas, acidentes geográficos e principalmente em pessoas. As promessas feitas a

²¹ MATOS, Henrique Cristiano José. 500 anos de presença da Igreja católica no Brasil, 2001. p. 195.

²² AZZI, Riolando. Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil. 1977, p. 147.

eles eram um caso a parte, bem como os mais variados tipos de oratórios fabricados para a prática dos cultos domésticos. Quando seus pedidos eram atendidos os fiéis faziam verdadeiras homenagens ao santo que lhes teria concedido a graça. Porém, se isso não ocorresse ele teria que arcar com as conseqüências, sofrendo diversos castigos, como ser enterrado de cabeça para baixo ou até mesmo deformado.

Um dos santos mais populares do período colonial, e que o é ainda hoje, é Santo Antônio. O guardião das causas perdidas, patrono dos letrados e santo casamenteiro representa muito bem o misto de devoção e vez por outra desafeto que existia entre santos e a população colonial. Cabe aqui reproduzir o comentário feito por Henrique Cristiano José Matos sobre o catolicismo popular e seus elementos:

“Essa forma de vivência da fé católica no Brasil colonial traz como interessante característica o fato de ser administrada de modo especial pelos leigos, que trazem de Portugal seus santos e práticas devotas e continuam na colônia as devoções de tradição familiar. Nesse tipo de catolicismo, o povo católico leigo se organiza para expressar sua devoção, centrada principalmente no culto aos santos, nas procissões, nas romarias, promessas e ex-votos.”²³

Sobre as festas, tanto a historiadora Mary Del Priore, como Riolando Azzi, concordam que era uma prática bastante utilizada pelo clero para fortalecimento das relações entre leigos e religiosos. Era através delas que a população tinha oportunidade de atuar diretamente no ritual e na liturgia da Igreja. Como afirma Riolando Azzi, “é preciso

²³ MATOS, Henrique Cristiano José. Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. 2001. pg. 198.

*nunca perder de vista que, no período colonial, as únicas formas de expressão social da população eram as festas religiosas.*²⁴

As festas no Brasil Colônia possuíam papel de fundamental importância para divulgação e fortalecimento da Igreja Católica durante esse período, bem como para compreensão social da colônia portuguesa na América.

Em seu livro *História da Cidade do Natal*, o historiador Luiz da Câmara Cascudo reserva dois capítulos exclusivos à abordagem de tais manifestações, dada a relevância que tiveram e (por que não dizer?) têm até os dias atuais no cotidiano e na formação dos moradores da cidade potiguar. Sobre as festas religiosas, ele afirma: “*As festas religiosas no Brasil são motivos litúrgicos católicos que recebemos de Portugal, ampliadas pela contribuição africana, indígena e mestiça*”.²⁵

Cascudo resolve desenvolver seus comentários classificando as festas coloniais em dois grupos: festas religiosas x festas populares, embora tenha total conhecimento que existe uma ligação íntima entre os dois tipos que de certa forma fazem-nas dependentes uma da outra, como no caso particular de Natal, onde “*as festas populares na Cidade do Natal decorriam das festas religiosas.*”²⁶

Ao referir-se às festas populares, Câmara Cascudo comenta: “*As festas populares eram manifestações intencionalmente religiosas e realmente de expansão lúdica, a necessidade de recreação, normal, irreprimível, lógica, como outras funções fisiológicas.*”²⁷

²⁴ AZZI, op. Cit. 1977, p. 132

²⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*, 1999, p. 117

²⁶ CASCUDO, Op. Cit. P. 127.

²⁷ CASCUDO, Op. Cit. P. 127

Durante os períodos festivos a colônia brasileira passava por um processo transformador: deixava de lado toda postura separatista e o que se via era uma verdadeira mistura onde negros, brancos e índios uniam-se com um objetivo comum – a comemoração de uma data, muitas vezes constante no calendário litúrgico da Igreja.

Contudo, não se pode afirmar que as festas coloniais eram realizadas ou organizadas exclusivamente pela Igreja Católica, visto que em muitos casos elas estavam relacionadas também a questões políticas, bem como a atuações de irmandades e de outras etnias que não a branca, salientando assim o caráter profano que essas manifestações possuíam, como cita Ronaldo Vainfas e Juliana Beatriz de Souza:

*“Organizadas predominantemente pela Igreja, via de regra, essas festas comemoravam motivos religiosos e políticos e, portanto, oficiais, mas não deixavam de apresentar aspectos lúdicos e muito de um lazer profano, com manifestações coletivas da vida popular”.*²⁸

As festas coloniais eram constantemente realizadas como formas de comemoração locais, fazendo-se necessário, para que elas ocorressem, um envolvimento completo de todos que estavam participando do acontecimento. Exemplo bastante prático desse tipo de festejo é citado por Gilberto Freyre em seu livro *Casa-Grande e Senzala*, quando comenta as comemorações por motivo do período da moagem nos engenhos:

*“Costumavam eles a primeira vez que deitam a moer os engenhos benzê-los, e nesse dia fazem grande festa, convidando uns aos outros (...) Seguiam-se a bênção dos engenhos e danças dos escravos no terreiro. Festa até de madrugada (...) Tudo sob a bênção da Igreja.”*²⁹

²⁸ VAINFAS, Ronaldo e SOUZA, Juliana Beatriz de. *Brasil de todos os Santos*, 2002, p; 52-53.

Procurar definir um conceito específico para as festas que ocorreram no Brasil durante o período colonial é, antes de qualquer coisa, atestar que tais manifestações trazem registradas consigo alguns dos momentos mais marcantes desse período, afirmando que por meio delas alguns paradigmas que erigiam-se durante o Brasil Colônia foram quebrados. É por meio delas que pela primeira vez observa-se uma união efetiva entre as raças étnicas formadoras da nossa sociedade, embora limitada. Ao referir-se à relação que existe entre essas classes sociais e o Estado no que se refere às festas, a historiadora Mary Del Priore diz que os motivos para se festejar eram dados pelo Estado e chama esses momentos festivos de “festa-concessão”. Sobre o assunto ela cita: “*essa festa-concessão aparece em documentos em que fica claro que ela é decorrência do calendário real, ou religioso, e que, portanto, é preciso estar ligado ao rei, à Igreja, para dela participar*”.³⁰

Deve-se observar também que essas relações servem para estreitar os laços entre a Metrópole e a colônia, em muitos casos intermediadas pela Igreja, garantindo a ambos os lados seus interesses particulares: “*Nas festas costumavam estar presentes representantes da Coroa. A presença de representantes do Estado português marcava não só a presença do Estado na colônia, mas os laços entre a população, a Monarquia e a Igreja*”.³¹

Alguns historiadores como José Ramos Tinhorão atestam que a primeira festa realizada em solo brasileiro foi a celebração da primeira missa, embora este autor também comente em seu livro *As festas no Brasil Colonial* que os primeiros contatos entre o nativo brasileiro e o colono português também foi envolvido por um momento festivo, ou no mínimo espetaculoso, onde brancos e índios tiveram seu contato inicial, realizando entre

²⁹ FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala, 1987.

³⁰ PRIORE, Mary Del. Festas e Utopias no Brasil Colonial, 2000. p. 29.

³¹ VAINFAS e SOUZA. Op. Cit. p. 57

eles a troca de algumas bugigangas. Imaginar tal cena que nos é relatada nas cartas de Caminha, permite-nos vislumbrar o momento em questão, que com certeza gerou euforia e entusiasmo de ambas as partes: “*Vencida a desconfiada curiosidade natural dos primeiros contatos pessoais (...), o clima predominante foi o da alegre descontração de parte a parte, com alvoroçada troca de contas de rosário, barretes e carapuças por arcos, setas e enfeites de plumas.*”³²

Em sua tela *A primeira missa do Brasil*, de 1860, o pintor Victor Meirelles retrata com delicadeza e perfeição o momento em que a celebração litúrgica é realizada. Embora o quadro busque mostrar o imaginário do brando português sobre as terras da colônia, ele serve muito bem para ilustrar o fato em questão. Misto de surpresa e medo que toma conta do nativo indígena é muito bem retratado na obra de Meirelles, e é nesse cenário repleto de simbolismo que desde então Igreja e Estado irão exercer sua dominação no Brasil Colonial.

“E foi assim que, nesse ambiente de euforia, após a primeira missa pelo padre Frei Henrique, em voz entoada, e oficializada com aquela mesma voz pelos outros, veio a realizar-se na tarde daquele mesmo domingo de Pascoela, 26 de abril, a primeira reunião pública festiva.”³³

Se as festas coloniais possuíam uma postura de caráter dominador por quem as organizava, torna-se fácil compreender a utilização e importância que elas tiveram no processo colonizador, principalmente no que se refere às questões religiosas, onde esse recurso será adotado constantemente pela Igreja, tendo as irmandades e ordens religiosas como suas principais propagandistas, utilizando-as como uma de suas principais armas.

³² TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil Colonial*. 2000, p. 13.

³³ TINHORÃO, Op. Cit. p. 13.

Os jesuítas, por exemplo, recorreram muitas vezes a esse recurso, uma vez que empregavam a temática do espetáculo, em boa parte do processo de catequese que desenvolveram de início entre os nativos e anos mais tarde entre os negros.

Religiosos como Anchieta e Nóbrega utilizar-se-iam bastante dessas fontes para melhor desenvolverem seus sermões entre os índios, pois acreditavam que o visual espetaculoso contribuía muito para a compreensão por parte dos nativos acerca das mensagens que pregavam.

A dramaturgia seria, portanto, uma excelente aliada de ambos. Os autos escritos por Anchieta como o de *São Lourenço*, está repleto de simbolismos e principalmente marcado pela junção dos costumes e práticas europeus com os costumes do nativo brasileiro. É também com essa mesma temática que Nóbrega faz uso do termo *santidade* para levar o indígena a encarar as cerimônias místicas que realizavam como uma prática profana e que deveria ser abandonada. A questão é que o termo acaba sendo difundido e passa a ser utilizado não apenas “para denominar as festas indígenas, mas também as ações delas resultantes”. Sobre essa propagação do termo “santidade”, escreve Vainfas: “*Com efeito, as ‘santidades’ indígenas se espalharam pelo litoral, sendo descritas por vários cronistas ou missionários, católicos e protestantes, religiosos ou leigos, desde Pernambuco a Piratininga*”.³⁴

Se durante os primórdios da colonização brasileira os acontecimentos festivos eram discretos ou até mesmo acanhados, com o passar do tempo já não se pode afirmar a mesma coisa. Devido à aceitação por parte da população no tocante aos festejos coloniais, o que se

³⁴ VAINFAS e SOUZA, Op. Cit. Pág. 18.

observa é uma postura cada vez mais livre e evolutiva, tanto dos festejos em si, como dos participantes dos mesmos.

Ao longo dos anos as festas coloniais caíram verdadeiramente no gosto popular. É bem verdade que a questão deva ser encarada não como algo que ocorreu casualmente, mas como um fato que se tornou necessário e inevitável, visto o caráter popular que tais comemorações passaram a ter. Essas questões podem servir para melhor explicar como cada vez mais as festas tornaram-se freqüentes e marcantes na vida colonial.

Danças, fantasias, carros alegóricos, variedades de instrumentos musicais, adereços e desfiles, são algumas das variações que com o passar dos anos foram ganhando o gosto popular.

“No momento em que a celebração ganha a rua – e ela o faz com o início das danças e desfiles que acompanham o cortejo ou a procissão – os eventos dentro da alegre reunião começa a ganhar independência. Danças e fantasias, figuras de desfiles e dos carros alegóricos, ritmos e harmonias profanas invadem a tela bem-comportada da comemoração original (...).”³⁵

Com grande variedade de ritmos profanos atribuídos a negros e índios, as danças foram responsáveis pela participação efetiva do povo brasileiro na liturgia católica. Cajadinhos, cheganças, cocos e congados são alguns dos variados folguedos dançados e apreciados por boa parte dos participantes das celebrações ocorridas na Colônia. Os negros foram os principais contribuintes da introdução de boa parte dessas danças. Del Priore comenta a relevância que tais manifestações tiveram no desenrolar dos festejos coloniais da seguinte forma:

³⁵ PRIORE, Mary Del. Op. Cit. p. 43

*“As danças profanas invadiram as festas na Colônia porque permitiam também à população participar do culto Católico, mesmo que fazendo-o com duplo caráter ritual. Elas provocavam uma transformação formal e estética, tanto nas festas quanto nas procissões, e permitiam, quer ao negro, quer ao índio, identificar-se com o “outro”, o colonizador. Elas, finalmente, incentivaram a canalização da capacidade de resposta das culturas dominadas frente a situação de conflito criada com a escravidão negra e o trabalho compulsório indígena.”*³⁶

O luxo, a ostentação, o poder eram fatores marcantes nas festas coloniais, sobretudo aquelas que possuíam maior significado ou importância. Deixando de ser levado em conta seu caráter religioso ou político, as razões de sua realização podiam ser as mais variadas possíveis, porém todas oficializadas pelo Estado.

O santo e o profano estavam intimamente ligados: misto de fé e ostentação que conferiam requinte aos festejos coloniais. As procissões eram um dos maiores exemplos dessa mistura. Realizadas para homenagear um santo em particular, eram repletos de outros símbolos, como os adornos e adereços confeccionados com metais e pedras preciosas, o que garantia o aspecto profano. Os andores com as imagens dos santos eram transportados pelas figuras locais mais importantes, numa demonstração explícita de poder e domínio. O luxo das festas é abordado por Ronaldo Vainfas nos seguintes comentários:

*“As festas começam pelo seu anúncio: emissários com vestimentas luxuosas, máscaras e instrumentos musicais enfatizavam o especial da data e faziam circular a notícia, buscando atrair o público para o evento. Luxo, barulho e elementos pitorescos se misturavam para seduzir o público pelo espetáculo visual, com a promessa de divertimento que romperia a cotidianidade, criando um tempo especial (...)”*³⁷

³⁶ PRIORE, Mary Del. Op. Cit. p. 55.

³⁷ VAINFAS e SOUZA. Op. Cit. p. 53.

O catolicismo popular se estendeu ao longo de todo período colonial, até meados do século XVIII, quando entra em crise acarretada por diversos fatores, como o desenvolvimento urbano, a chegada das idéias iluministas e do Enciclopedismo francês no Brasil, a implantação do protestantismo, bem como do espiritismo e a infiltração da maçonaria em meio às irmandades e confrarias. Esses e outros fatores seriam decisivos para o enfraquecimento do catolicismo popular e a base para o surgimento de um outro tipo de catolicismo durante o século XIX: o catolicismo romanizado.

Conclusão

Sem dúvida alguma, a religiosidade foi um dos aspectos mais significativos do Brasil colonial. Seus elementos, símbolos e práticas nortearam e abriram caminho para muitas das realizações da metrópole, contribuindo assim para o sucesso da empreitada colonial.

Desde a chegada dos portugueses, em 22 de abril de 1500, os acontecimentos do Brasil estão intimamente ligados às ações religiosas. Talvez por esta razão esse seja um dos temas mais discutidos de nossa história. Não importando o período em questão (Colônia, Império ou República) a religião se faz presente. É bem verdade que não mais com o mesmo vigor de outrora, mas sem dúvida alguma com força e poder de opinião e até de decisão sobre algumas questões significativas para o rumo do país. Portanto, é impossível falar dos 504 anos que o Brasil possui sem mencionar a significativa relevância da Igreja no seu decorrer.

Nossa pátria e nosso povo carregam em suas veias a essência da religiosidade, pregada aqui desde a nossa colonização através da crença no cristianismo, da adoração a um Deus único, “*que deu Seu único filho para que todo aquele que nEle crer não pereça, mas tenha a vida eterna.*”³⁸ Dessa forma, esse Deus tão amoroso jamais aceitaria ver os nativos que aqui viviam durante o período colonial praticando seus rituais profanos e pagãos, e não fazer nada para salvar suas almas.

³⁸ Bíblia Sagrada. Evangelho de São João, cap. 3. versículo. 16

É com essa visão missionária, e acreditando serem emissários do “*Deus Altíssimo*” para converterem esse nativos que a Igreja Católica representada por seu clero regular e secular instala-se em terras brasileiras e passa a integrar a sociedade colonial, sendo também a principal aliada da Coroa portuguesa no processo de colonização das terras brasileiras.

Quaisquer que sejam as razões para a instalação da Igreja em território brasileiro, a sua contribuição para a sociedade do período colonial foi assaz importante. Basta lembrar a produção cultural desenvolvida nesse momento, embora modesta e limitada, realizada graças à empreitada de religiosos, principalmente franciscanos e jesuítas, onde os nomes de maior atuação são Nóbrega e Anchieta.

O catolicismo colonial que se desenvolveu durante todo o período seria o principal responsável pela propagação das práticas religiosas entre os moradores da colônia, muitas delas observadas ainda nos dias atuais. Merecem destaque as festas religiosas, como as principais propagandistas desse catolicismo popular, ganhando ao longo do tempo cada vez mais o gosto do povo, que inseriu-se na liturgia desses festejos com suas danças, músicas e alegria, deixando de ser mero espectador para participar efetivamente dessas festividades coloniais. Aliados a esses fatores têm-se o sincretismo religioso e o culto aos santos que fortalecem ainda mais os aspectos da religiosidade popular.

Igreja e Estado uniram forças com o intuito de alcançar os seus objetivos particulares. E foi essa união que, mesmo considerada para muitos ilícita, contribuiu para dar o pontapé inicial em nossa história colonial.

Vimos no primeiro capítulo do deste trabalho o esforço institucional que Igreja e Estado empreenderam para estabelecer o domínio imposto à sociedade colonial, alcançando

com isso o patamar desejado na efetiva administração de nosso território. O segundo capítulo, por sua vez, salienta o simbolismo das práticas religiosas desenvolvidas com o catolicismo popular, onde as festas, o culto aos santos e outras práticas populares ganham força com a união desses órgãos às culturas indígena, negra e mestiça.

Os autores cujas obras foram utilizadas como base de estudo são apresentados em dois grupos: no primeiro, temos os autores clássicos defensores das idéias que ressaltam o papel da Igreja, das atuações das ordens religiosas e da estrutura que desenvolveram para levar a cabo seus objetivos. São historiadores como Lacombe, Eduardo Hoonart e Serafim Leite, que tão bem sintetizam as questões que envolvem a temática da religiosidade brasileira, especificamente a do período colonial.

Já no segundo grupo, temos os autores pós anos 70, que abordam em suas obras as temáticas de vivência cotidiana, dando maior destaque aos pormenores da vida e aos acontecimentos históricos do período colonial. Por isso, detalhes da vida religiosa são abordados por eles com um tratamento específico que os diferencia dos autores clássicos. São esses os casos de autores como Ronaldo Vainfas, Mary Del Priore e Laura de Mello e Souza.

O referido trabalho buscou salientar os objetivos que fizeram a Igreja se instalar no Brasil e os mecanismos por ela utilizados a fim de lograr êxito em seu intuito.

Conclui-se, portanto, que a história da Igreja no período colonial, embora marcada por vários questionamentos, permanece inabalável e superior às críticas e acusações que lhe são feitas. Se ela utilizou-se ou não da imaturidade indígena para garantir seus interesses é um fato que não se pode afirmar. Uma coisa merece estar bem definida: a contribuição por

ela dada supera todo e qualquer questionamento que porventura possa ser levantado a seu respeito.

Bibliografia

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987. (História do pensamento católico no Brasil, 1).

_____. **Catolicismo popular e autoridade eclesiástica no Brasil. Religião e Sociedade**. São Paulo: Centro de Estudos de Religião, Volume 1, pp. 125-149, maio 1977.

_____. **A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial**. In, **HOORNAERT**, Eduardo (org) **História da Igreja no Brasil: primeira época**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Razão e Fé: o discurso da dominação colonial**. São Paulo: Paulinas, 2001.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. **500 anos de catolicismos e sincretismos no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: RN Econômico, 1999. 3ª Edição.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1992. 28ª Edição.

HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil**. In: **DUSSEL**, Enrique (org.) **História Liberations: 500 anos de história da igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992.

LACOMBE, Américo Jacobina. **A Igreja no Brasil colonial**. In: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de (Dir.). **A época colonial: administração, economia, sociedade**. São Paulo: Difel, 1973. (História Geral da Civilização Brasileira, 2).

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2001.

MAUÉS, Raimundo Heraldo. **Padres, pajés, santos e festas, catolicismo popular e controle eclesiástico**. Belém: Cejup, 1995.

PRIORE, Mary Del. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 2000. 6ª Edição.

_____, e **VENÂNCIO**, Renato Pinto. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

VAINFAS, Ronaldo e **SOUZA**, Juliana Beatriz de. **Brasil de todos os santos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.